

# PLANEJAMENTO MUNICIPAL, IEGM E A AGENDA 2030: BOAS PRÁTICAS POR EIXO DO IEGM COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÔMICO

Márcio Egídio Pieretti (<https://orcid.org/0009-0008-2983-0952>. E-mail: [marcioegidiopieretti@gmail.com](mailto:marcioegidiopieretti@gmail.com))

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/CONEC-2026.01>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/CONEC-2026.01-26>

## 1. INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas reforça o papel estratégico dos governos locais na promoção do desenvolvimento sustentável, exigindo planejamento, governança e políticas públicas orientadas por resultados. Nesse contexto, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) surge como importante instrumento de avaliação da gestão pública, permitindo analisar o desempenho institucional dos municípios em diferentes áreas estratégicas. O estudo teve como objetivo analisar a relação entre planejamento municipal, IEGM e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), buscando compreender como boas práticas administrativas contribuem para o fortalecimento das capacidades estatais e para o desenvolvimento humano e econômico sustentável. A pesquisa parte da hipótese de que municípios com melhor desempenho no IEGM apresentam maior capacidade de alinhar planejamento, governança e políticas públicas às metas da Agenda 2030.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, analítica e comparativa, fundamentada em revisão bibliográfica, análise normativa e estudo dos documentos metodológicos do IEGM. O trabalho analisou a articulação entre os eixos estruturantes do Índice de Efetividade da Gestão Municipal e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Foram examinados os instrumentos de planejamento municipal, como Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), considerando sua relevância para o fortalecimento das capacidades estatais e da governança pública municipal. Também foram identificadas boas práticas administrativas observadas em municípios com elevado desempenho institucional.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciaram que a integração entre planejamento municipal, IEGM e Agenda 2030 fortalece significativamente as capacidades estatais e a efetividade das políticas públicas locais. No eixo i-Educ, destacaram-se práticas relacionadas ao planejamento educacional, formação docente e fortalecimento da educação infantil, contribuindo para melhorias na aprendizagem e no capital humano. No eixo i-Saúde, observou-se que ações voltadas à atenção básica estruturada, prevenção e monitoramento de indicadores favoreceram a melhoria da qualidade de vida da população.

O eixo i-Plan demonstrou que planejamento estratégico, definição de metas e monitoramento institucional fortalecem a governança pública. Em relação ao i-Fiscal, práticas de equilíbrio fiscal, transparência e controle de gastos mostraram-se fundamentais para a sustentabilidade econômica municipal. Nos eixos ambientais e urbanos, destacaram-se iniciativas relacionadas ao saneamento, gestão de resíduos sólidos, educação ambiental, defesa civil e prevenção de riscos, contribuindo para cidades mais sustentáveis e resilientes. O eixo i-GovTI evidenciou a importância da governança digital e de sistemas integrados para inovação e eficiência administrativa. A análise reforçou que o IEGM pode atuar como ferramenta estratégica para orientar gestores públicos na implementação de políticas alinhadas aos ODS.

## 4. CONCLUSÃO

Conclui-se que a articulação entre o IEGM e a Agenda 2030 representa importante mecanismo de fortalecimento das capacidades estatais municipais e de promoção do desenvolvimento sustentável. O estudo demonstrou que municípios com práticas administrativas estruturadas, planejamento estratégico e monitoramento institucional apresentam melhores condições para implementar políticas públicas efetivas e alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Além disso, o IEGM mostrou-se instrumento relevante para avaliação da gestão pública, orientação do planejamento municipal e fortalecimento da governança local. A pesquisa evidencia a necessidade de ampliar políticas de capacitação, planejamento integrado e inovação administrativa, visando promover desenvolvimento humano, eficiência institucional e sustentabilidade econômica nos municípios brasileiros.

## 5. REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- GIACOMONI, J. *Orçamento Público*. São Paulo: Atlas, 2019.
- ONU. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2015.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM)*. São Paulo: TCE-SP, 2024.